

Multiplicidades, arqueologia e análise do discurso¹

Rogério Christofolletti

Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística (UFSC)

Resumo

Este trabalho articula alguns conceitos fundamentais da Arqueologia foucaultiana, da Teoria das Multiplicidades de DELEUZE com a escola francesa da Análise do Discurso. O objetivo da convergência entre estas três perspectivas teóricas é trazer contribuições para o aprofundamento das discussões acerca dos processos de subjetivação e assujeitamento na produção discursiva.

Palavras-chave: arqueologia; multiplicidade; análise do discurso; FOUCAULT; DELEUZE.

Abstract

This paper articulates some fundamental conceptions of archaeology (FOUCAULT) and Multiplicity's Theory (DELEUZE) with the French school of Discourse Analysis. The aim in the convergence of these three theoretical perspectives is to promote a deeper discussion about the subject-forming process in the discursive production.

Keywords: archaeology; multiplicity's; discourse analysis, FOUCAULT; DELEUZE.

¹ Multiplicity's in a translinguistic archaeology.

Introdução

*Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos agradáveis ou
atrozes; nenhum me assombrou mais que o fato de todos
ocuparem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência.
O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo,
pois a linguagem o é.*

(Jorge Luis Borges, *O Aleph*)

As três dimensões teóricas presentes neste estudo surgiram na década de 60, na França. Em 1966, em seu livro sobre BERGSON,² GILLES DELEUZE inaugura o uso que fará do termo “multiplicidade”. Três anos mais tarde, Michel Foucault lança *A Arqueologia do Saber*, trazendo definições acerca dos enunciados e dos domínios discursivos. Também de 1969 é *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, uma das bases fundadoras³ da corrente de estudos que vai ser conhecida como escola francesa de Análise do Discurso.

A emergência histórica comum não traduz coincidência ou mero acaso. Na verdade, as discussões que DELEUZE e FOUCAULT levavam na Filosofia, cada um a seu modo, divergiam das sediadas na Lingüística, mas desembocaram num caminho comum: o discurso, como elemento de prática política (como defende PÊCHEUX), como terreno de manifestação das relações de poder (segundo FOUCAULT) ou como conjunto de materialidades múltiplas (conforme DELEUZE).

É este ponto comum que vamos trabalhar aqui, cruzando fronteiras e invadindo espaços, na tentativa de reconhecer mais afinidades conceituais nessas três dimensões teóricas. Com isso, acredito, auxiliamos no fortalecimento e disseminação da arqueologia como metodologia, contribuimos para o desenvolvimento da Análise do Discurso e ajudamos no entendimento da atmosfera múltipla dessa articulação teórica, o que pode trazer subsídios para posteriores discussões acerca dos processos de engendramento de sujeitos nos discursos.

² *Le Bergsonisme* (Éditions P.U.F.)

³ O outro texto fundador, segundo MALDIDIER (1994:15) seria *Lexicologia e Análise de Enunciado*, discurso de encerramento de Jean Dubois no Colóquio de Lexicologia Política de Saint Cloud (abril de 1968).

Análise do discurso

A Análise do Discurso francesa⁴ é uma abordagem lingüística que se serve também de noções extra-lingüísticas, advindas principalmente do materialismo histórico, da psicanálise, e de uma teoria das ideologias. Surgida num momento em que alguns lingüistas apontavam para a necessidade de se levar em conta o contexto histórico e as condições em que eram produzidos os discursos, a Análise do Discurso (doravante AD) se apresentou como uma alternativa de estudo do lingüístico de maneira descentrada do núcleo rígido da Lingüística, mais preocupado com o código e suas leis.

PÊCHEUX, no trabalho clássico *Análise Automática do Discurso*,⁵ percorre os diversos métodos de análise de texto (da contagem das palavras ao contedismo, passando pelas categorias temáticas), apontando para a importância do plano social no discurso - seja como fala, como enunciado ou texto. É necessário notar que o objeto da AD que PÊCHEUX propõe é o discurso e não a língua, como até então se trabalhava na Lingüística. E a noção de discurso - *efeito de sentido entre locutores* - vai deslocar a dicotomia língua-fala, apresentada por SAUSSURE na fundação da Lingüística⁶. Para SAUSSURE, a língua é um sistema de convenções necessárias para a comunicação e que apresenta duas dimensões: um produto social (a língua) e sua parte individual na linguagem (a fala). Assim, em situações cotidianas de comunicação, o falante opera com relativa autonomia sobre o código formal que é a língua, submetendo-se às suas regras. A AD rompe com essa dualidade língua/fala, ao afirmar que o sujeito não é uno, que a relação mundo-linguagem não é direta, e que o sentido não é estável nem imutável.

Para lançar tais postulados, a AD vai buscar na psicanálise lacaniana a noção de sujeito fragmentado, no materialismo histórico a relevância das condições de produção discursiva, e ainda o conceito de ideologia (num aporte althusseriano), entre outros conceitos. A noção foucaultiana de *for-*

⁴ A distinção se faz necessária por existirem diversos outros estudos lingüísticos que também se autodenominam como análise do discurso. Podem ser citados os trabalhos ligados ao distribucionalismo (a exemplo de Z. Harris), os ligados à oralidade, numa perspectiva anglo-saxônica, e outros, como a Análise de Discurso Político empreendida por ZIMMERMANN, relatada por FANTINATI (1990).

⁵ Cuja versão brasileira pode ser encontrada em *Por uma análise automática do discurso* (UNICAMP).

⁶ De maneira formal, a Lingüística como ciência surge em 1916, com a publicação do *Cours de Linguistique Generale*, de Ferdinand de Saussure.

mação discursiva, mais tardiamente, também é absorvida. Dessa forma, para os analistas de discurso, o sujeito não é um ser transcendental, nem tampouco entidade única de subjetividade, mas uma *forma-sujeito*, uma função vazia a ser exercida; os discursos nunca são desprovidos de ideologia, e são as condições sócio-históricas que determinam a emergência dos enunciados. Fato que, para a AD, só reforça a relação constitutiva do discurso e sua exterioridade, e desmitifica a idéia de que a língua é transparente e os sentidos mantêm uma relação unívoca com as palavras.

Próxima de uma hermenêutica, e de uma semântica, a AD é uma abordagem mais preocupada não com a fixação de um significado para um discurso ou com a análise formal lingüística desse discurso. A AD vai se preocupar com o funcionamento da língua: como os sentidos se fazem entre os interlocutores, quais são as estratégias de montagem dos discursos, e como os discursos desenham os perfis dos sujeitos discursivos. Uma teoria crítica da linguagem, a AD “trata dos *processos* de constituição do fenômeno lingüístico, enquanto a Lingüística visa o *produto* dessa constituição”, lembra ORLANDI (1986:114). A AD é, então, a análise dos efeitos de sentido que se engendram entre os sujeitos dos discursos.

Um exemplo pode ilustrar essas explicações de maneira esclarecedora. Tomem-se os seguintes enunciados⁷ do então presidente da república João Figueiredo ao longo de 1984, nas vésperas de sua sucessão presidencial:

- (1) Quem ganhar a convenção será o candidato do partido e terá o meu apoio.
- (2) O Tancredo é um nome confiável e aceitável para a conciliação.
- (3) Não tenho nada a opor à candidatura Paulo Maluf.

Diante de tais fragmentos, um analista de discurso iria se deter sobre a superfície lingüística em busca de marcas formais que auxiliassem seu exame. Tais marcas podem ser pronomes, figuras de linguagem, construções sintáticas e expressões, até mesmo recursos de pontuação. Todas essas pistas lingüísticas se somariam às informações coletadas sobre as condições de produção (quando, em que circunstâncias, para quem...) que possibilitaram que o ex-presidente enunciasse daquela forma. São levadas em consideração ainda contradições, jogos políticos, desdidos, ambigüida-

⁷ Fragmentos recolhidos em edições da revista *Veja* no ano de 1984. As formulações fazem parte do *corpus* da dissertação de mestrado *O discurso da Transição*, a ser apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFSC.

des, opacidades, enfim, todas as pistas sócio-históricas que contribuíssem de alguma forma para engendrar sujeitos de discurso. E o plural em *sujeitos de discurso* na frase anterior não é apenas um recurso de generalização, já que a polifonia discursiva é mais do que evidente em nossos exemplos. Em outros termos, e de acordo com a AD, os sujeitos da enunciação em (1), (2) e (3) não ocupam a mesma posição, e parece ter havido uma clivagem no sujeito, um deslocamento de postos. Como isto se dá, quais as artimanhas lingüísticas para operar dessa forma, e o que isso acarreta são as razões que movem o analista do discurso.

Arqueologia foucaultiana

“Meu objetivo [nos últimos vinte anos] foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”, esclarece FOUCAULT num tom quase confessional.⁸ E em *A Arqueologia do Saber*, tal preocupação também se apresenta, como é possível observar nos títulos dos capítulos e seções: unidades do discurso, formações discursivas, enunciados, arquivos e funções enunciativas.

Para FONSECA (1995:14-17), o que FOUCAULT promove nesta arqueologia é uma verdadeira “desconstituição da noção de sujeito como um dado preexistente, como uma essência perene e portadora de um sentido, presente indefinidamente na história”. E o objetivo que norteia FOUCAULT é uma espécie de “libertação da história do pensamento de sua sujeição transcendental”. Essa operação estaria assentada na crença de que as modalidades enunciativas não seriam ligadas a uma unidade de sujeito, mas sim se constituiriam numa prova de sua dispersão. Assim, o sujeito do enunciado não coincide com o autor de uma dada formulação,⁹ mas o lugar do sujeito é uma função vazia, posição que varia ao longo de uma estruturação de espaços. Dessa forma ainda, “descrever uma formulação enquanto enunciado”, para FOUCAULT, “não consiste em analisar as relações entre um autor e aquilo que ele disse (ou quis dizer ou disse sem querer)”, mas “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para nela ser o sujeito”.

Como é da metodologia foucaultiana explicar os objetos a partir de suas práticas [cf. TRONCA (1987:9)], FOUCAULT se volta para as práticas

⁸ FOUCAULT (1995: 231).

⁹ *O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros* (FOUCAULT; 1995:231).

que vão constituir os sujeitos, sendo a discursiva apenas mais uma delas. Noções como enunciado, discurso e arquivo vão então merecer conceituações mais detalhadas e cuidadosas.

Enunciado, por exemplo, difere da frase, da proposição, do ato de fala. Não é uma estrutura, mas uma “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que os faz aparecer no tempo e no espaço com conteúdos concretos” (FOUCAULT, 1971:105-115). O enunciado pertence a uma formação discursiva, que é a instância promotora de sua regularidade. E sendo elemento de uma dada formação discursiva, o enunciado deve obedecer regras de formação, que, como o nome já indica, funcionam como as normas de sua condição de existência. O enunciado é também a unidade mínima discursiva, e por conseqüência, um conjunto de enunciados soma um discurso. Ciente de que tais explicações podem suscitar equívocos teóricos, FOUCAULT adverte (idem: 61-62):

O discurso, assim concebido, não é a manifestação majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Um conjunto de regras históricas, determinadas espaço-temporalmente e anônimas definem as condições de exercício da função enunciativa, e para o exercício de tal função são necessários:

- a) um referencial, que é mais um princípio de diferenciação do que propriamente um fato ou objeto;
- b) um sujeito, que é uma posição, uma função a ser ocupada;
- c) um campo associado, que é diferente de um contexto ou de uma situação/conjuntura, e funciona mais como um terreno de coexistência de outros enunciados;
- d) uma materialidade, que não é apenas matéria ou suporte de articulação lingüística, mas possibilidades de usos. “Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (ibidem: 116).

FOUCAULT, então, desenha as regras que fazem de um enunciado, reformula o conceito de arquivo¹⁰ - agora pensado como “sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (1971:150) -, abandonando a noção acumulativa (soma de textos) empre-

¹⁰ Por essa razão, DELEUZE (s/d) vai anunciar a chegada de “um novo arquivista na cidade”.

gada na maioria das vezes pelos historiadores. Assim, o arquivo ganha novos contornos e se transforma no jogo das dizibilidades do sistema da discursividade.

Como 'lei do que pode ser dito', como 'sistema que rege o aparecimento dos enunciados enquanto acontecimentos singulares', o arquivo, diz FOUCAULT, 'define um nível particular', qual seja, o de uma 'prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como outros tantos acontecimentos regulares, como outras tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação'. Diferentemente da língua (que 'define o sistema de construção das frases possíveis') e do corpus (que 'recolhe passivamente as palavras pronunciadas'), o arquivo, entendido como 'sistema geral da formação e da transformação dos enunciados', é aquilo que 'faz aparecer as regras de uma prática' na qual os enunciados podem 'ao mesmo tempo subsistir e modificar-se regularmente' (ORLANDI: 1987:28).

Diante de todos esses dados lançados, é o mesmo ORLANDI quem frisa no papel de uma teoria-metodologia como é essa arqueologia criada por FOUCAULT: ela não é uma hermenêutica, nem mesmo análise simbólica ou causal. Bem mais fundo, a arqueologia quer determinar formas específicas de articulação, no dizer foucaultiano, entre as formações discursivas e os domínios não-discursivos. Mesmo porque o que interessa a FOUCAULT não é o discurso em si, mas as condições de possibilidade do discurso, cuja configuração resulta na noção de *formação discursiva*.

Ela [a arqueologia] quer situar-se num 'outro nível', aquele no qual ela consiga mostrar 'como e a que título' certo sistema não discursivo, certa 'prática política', por exemplo, 'faz parte das condições de emergência, de inserção e de funcionamento' de determinada formação discursiva. Em contrapartida, com a exploração desse nível pela análise arqueológica, poderão ser 'percebidos, situados e determinados' os fenômenos privilegiados pelas outras análises, as simbolizações, os efeitos" (idem: 32).¹¹

A arqueologia quer descobrir o terreno de existência/funcionamento das práticas discursivas, suas maquinações, tarefa que exige atenção para uma disciplina histórica, já que o objetivo é encontrar todo um sistema de instituições, de relações e processos sobre os quais pode se articular uma dada formação discursiva. Por essa razão, TRONCA (1987:8)

¹¹ Uma declaração do próprio FOUCAULT reforça esse parágrafo: *Sem dúvida, os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém, não constituem apenas o 'terminal' de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas circulares com outras formas' (1995: 236).*

afirma que a história vai servir a FOUCAULT não mais para narrar os fatos, mas como suporte de demonstração das práticas engendradoras dos objetos de análise escolhidos.

FOUCAULT adverte que o ponto nevrálgico é simultaneamente discernir os acontecimentos, “diferenciar as redes [discursivas] e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros” (1979:5). Por isso, ele rechaça as análises de outro tipo que passam pelo terreno do simbólico e pelas estruturas significantes. A opção foucaultiana vai ser operar com uma análise que faça uma genealogia das relações de força, e a referência que se precisa ter para tal ofício não é modelo lingüístico, mas o da guerra, do jogo e do confronto de forças.

Multiplicidade deleuzeana

O conceito de multiplicidade em DELEUZE remonta ao casamento de noções vindas da ciência (via RIEMANN) e da filosofia (através de BERGSON), e é o próprio DELEUZE quem aponta para essas raízes conceituais. Dessa forma, e nessa forma, o múltiplo deixa de ser adjetivo - que qualifica o um - para ganhar corpo como substantivo (e geralmente ser usado no plural) para também receber substancialidade. A partir da bifurcação da multiplicidade bergsoniana - multiplicidade de termos justapostos no espaço e multiplicidade dos estados que se fundem na duração -, e do apoio da física relativista de Reimann, DELEUZE parte para uma terminologia própria: chama de virtual, a multiplicidade marcada pelo tempo universal, e de atual, a multiplicidade invadida por vários tempos, sendo que cada tempo destes é uma partícula da duração. Somadas as duas noções, tem-se um sistema-multiplicidade.¹²

Mais pragmaticamente, poder-se-ia avançar na conceituação, deixando de lado os microdesdobramentos internos da teoria e apontar para o conceito de multiplicidade como um *sistema de diferenças*. A atitude ganha ressonância quando se traz à tona um pouco da obra que DELEUZE comungou com GUATTARI, e que é bem mais próxima historicamente do que os estágios iniciais. Assim, pode-se recuperar “multiplicidades” como

¹² CARDOSO JÚNIOR (1996: 151-157) lembra que esta discussão acerca da multiplicidade no livro de DELEUZE sobre BERGSON está mais ligada à problemática da duração, mas DELEUZE ainda avançaria na busca conceitual em livros como *Diferença e repetição* e *Lógica do sentido*, onde a questão se expande e adquire alcance ontológico “ao mesmo tempo em que o conceito de multiplicidade ganha uma definição isenta de dualismos.”

sua forma de realização, nas palavras de DELEUZE-GUATTARI: o *rizoma*. Metáfora elaborada habilmente contra o sistema arbóreo, radicular e hierárquico, o rizoma é uma espécie de raiz que não se expande para baixo reproduzindo o movimento do caule, de forma verticalizante, mas se estende em rede, em teias de sinápses, dando a materialidade ideal do que vêm a ser as multiplicidades.¹³ Um rizoma é feito de platôs, que nada mais são do que multiplicidades conectáveis “com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma” (1995:33).

Não só a metáfora, como o projeto como um todo, é levado tão a sério que *Mil Platôs* será construído de maneira múltipla também, como frisa o prefácio de sua edição italiana: o livro “é uma teoria das multiplicidades por ela mesma, no ponto em que o múltiplo passa ao estado de substantivo”. E prossegue:

As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades (1995:8).

No primeiro texto do título - que no Brasil foi editado “multiplicitarmente” em cinco volumes-, RIZOMA, DELEUZE & GUATTARI partem para uma senda que já havia sido sinalizada por FOUCAULT, o caminho do funcionamento. Não se deve perguntar o que um livro quer dizer, mas “com o que ele funciona (...), em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua”. As multiplicidades não são estruturas, mas pontos de encontro, platôs que convergem, divergem, se cruzam, estabelecem relações. Nos rizomas, não há pontos, há linhas apenas. E como o rizoma é a forma de realização das multiplicidades, é necessário mostrar sob quais princípios ele existe. São eles:

a) e b) princípios de conexão e de heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo;

c) princípio de multiplicidade: é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto;

d) princípio de ruptura a-significante: um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e

¹³ Na natureza, por exemplo, os cogumelos se apoiam em teias rizomáticas, não possuindo raízes convencionais. O sistema botânico é aproveitado por DELEUZE e GUATTARI para a montagem da metáfora desestruturante.

segundo outras linhas;

e) e f) princípios de cartografia e de decalcomania: um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo (idem: 15-21)

Esses princípios dão as linhas gerais de como se tece o rizoma, não como decalque, como fazem questão de distinguir DELEUZE & GUATTARI, mas como mapa, como cartografia mesmo de múltiplos, de diferenças.¹⁴ É por ser esse complexo de multiplicidades que o rizoma possui linhas de segmentaridade, que lhe permitem ser recortado, significado, conectado, mas há também linhas de fuga, que lhe possibilitam ser desterritorializado. Ele opera por expansão, por captura, vai se construindo, se alterando. O rizoma - como forma de realização das multiplicidades - confronta regimes sígnicos diversos, inclusive não-sígnicos; não vai ao Uno nem ao múltiplo; não é feito de unidades, mas de dimensões, platôs,¹⁵ “não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (32); não começa nem finaliza, mas está no entre-meio, por entre as coisas: *Estar entre* não localiza um domínio, mas condiciona um movimento perpendicular, transversal - numa terminologia mais guattariana. Por fim, se o modelo arbóreo é hierarquia e filiação, “o rizoma é aliança” (37).

É particularmente característica de DELEUZE essa metodologia de trabalho sobre a forma, sobre a imagem do objeto. MACHADO (1990:9) qualifica a trajetória deleuzeana mais como uma geografia do que uma história do pensamento. Não se faz ali uma história linear e progressiva, mas uma constituição de espaços, de modo que para essa geografia, o pensamento, do ponto de vista do conteúdo e de sua própria forma, “em vez de constituir sistemas fechados, pressupõe eixos e orientações pelos quais se desenvolve”. Assim, segue Machado na definição deleuzeana de enunciado, segundo a qual é uma função que “cruza as diversas unidades lingüísticas (...), traçando uma diagonal, uma transversal”; “uma função primitiva anônima, uma multiplicidade topológica que atravessa os diversos níveis” (185).

Então, um enunciado ou um grupo deles, ou ainda uma formação discursiva, são multiplicidades. E mais especificamente, os enunciados ca-

¹⁴ É por essa razão que “as multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras” (1995:17).

¹⁵ Em entrevista ao *Libération*, na ocasião em que lançava *Mil Platôs*, Deleuze define: “O que Guattari e eu chamamos de rizoma é precisamente um caso de sistema aberto” (DELEUZE: 1992, 45).

racterísticos de FOUCAULT são enunciados diagramáticos, porque eles fazem emergir enunciados dominantes de um dado tempo em estreita relação com o que é produzido neste mesmo tempo. Para desvendar esses diagramas, é imprescindível estar inserido num regime enunciativo distinto. Nas palavras econômicas de ORLANDI (1987: 41): “O novo arquivista vem a ser um novo cartógrafo por força de um diagramatismo que tematiza o problema de multiplicidades distintas estarem em pressuposição recíproca.”¹⁶

Quando os platôs se cruzam

Muito provavelmente, a articulação entre as três dimensões teóricas - a Análise do Discurso, a Arqueologia foucaultiana e a Teoria deleuzeana das Multiplicidades -, que anunciei na introdução deste artigo, já se tenha desenhado no horizonte de entendimento do leitor. No entanto, a título de conclusão, quero alinhar alguns pontos que merecem destaque e, em certos momentos, repetição.

A começar pelas afinidades teóricas dos autores aqui citados, que se deram em mais de um momento em suas trajetórias. DELEUZE já disse, e na verdade ao próprio FOUCAULT (1979:69), que “as relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias”, e anos mais tarde, que a arqueologia foucaultiana era “o passo mais decisivo de uma teoria-prática das multiplicidades” (s/d: 34). FOUCAULT, por sua vez, já afirmara que “talvez um dia, o século seja deleuziano” (1997:46). Independente de qualquer troca de elogios intelectuais ou de algum deslumbre de amizade, a afinidade entre ambos - e também de GUATTARI - se dá numa perspectiva essencialmente conceitual. Em entrevista sobre o lançamento com GUATTARI de *O Anti-Édipo*, DELEUZE (1992:34) aponta muito brevemente o que os diferencia de FOUCAULT:

Nosso método não é o mesmo, mas temos a impressão de que nos encontramos com ele em diversos pontos, que nos parecem essenciais, caminhos que ele foi o primeiro a traçar.

E aqui, temos o ponto de articulação entre a empresa foucaultiana, os mil platôs de DELEUZE & GUATTARI e a AD, pois não se trata de serem as três a mesma coisa. Seus métodos não são coincidentes e as três pers-

¹⁶ Evidentemente, aqui, as remissões são aos termos usados por DELEUZE em FOUCAULT, livro que publica após a morte do amigo-filósofo.

pectivas não se reduzem a si mesmas atendendo a uma sinonímia redutora. Enquanto DELEUZE & GUATTARI trabalham numa direção mais metafísica, com tangentes esquizoanalíticas, FOUCAULT também conduz suas pesquisas por um viés mais filosófico mas diferenciado. A Análise do Discurso, por sua vez, apenas bebe na fonte da filosofia alguns conceitos que possam contribuir para sua empreitada lingüística. Enquanto DELEUZE & GUATTARI desenham novas cartografias para os fenômenos, FOUCAULT persegue o entendimento dos processos de subjetivação e assujeitamento e a AD busca a análise da superfície lingüístico-histórica dos discursos. São devires distintos, com metodologias diferenciadas, mas com pontos de convergência e interligação. Como os platôs. Como as multiplicidades.

E porque não são iguais, em *Mil Platôs*, as diferenças entre as trajetórias retornam: “O rizoma é uma antigenealogia” (1995:20). Mas não que contradissesse tudo o que já havia sido posto, mas porque o rizoma é a forma de realização das multiplicidades, não se configura como uma estrutura, mas uma rede de dimensões, não se preocupa com a escansão genealógica, com os estratos das relações de poder que FOUCAULT busca¹⁷. Não há contradição, afinal o rizoma é um mapa das multiplicidades, enquanto que a genealogia e também a arqueologia são metodologias operatórias para a prospeção das relações de poder nos saberes e nos discursos. Mas apesar disso, o leitor não se deve iludir achando que FOUCAULT esteja seduzido por um fazer estruturalista. FOUCAULT vai atrás das práticas “constituidoras” de sujeição, dos modos de subjetivação, das formas de assujeitamento, do funcionamento e não da maquinaria estrutural. Segundo ele (1996:30), alguns de seus contemporâneos têm trajetórias paralelas a sua:

Nem DELEUZE, nem LYOTARD, nem GUATTARI, nem eu nunca fazemos análise de estrutura, não somos absolutamente estruturalistas (...) fazemos pesquisas de dinastia (...) procuramos fazer aparecer (...) as relações de poder.

É este tipo de compromisso político-intelectual que também aglutina as três dimensões teóricas com as quais trabalho aqui. Se por sua vez, as preocupações foucaultianas são com a totalização e com a individualiza-

¹⁷ É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (1979:7).

ção extremada, DELEUZE & GUATTARI se digladiam contra a repetição, apontando para a diferença, para o múltiplo como uma saída¹⁸. De uma outra forma, a Análise do Discurso (AD) por ser um espaço crítico dentro dos estudos da linguagem, e por se constituir na contradição da relação entre outras disciplinas (cf. ORLANDI: 1996, 23), instaura problemáticas na Lingüística, quando traz a exterioridade do discurso para dentro da pesquisa da linguagem. Ao importar, por exemplo, a noção foucaultiana de formação discursiva, a AD traz para dentro do terreno lingüístico a exterioridade constitutiva do discurso, desestabilizando a noção de transparência da linguagem e fazendo com que os usuários dessa mesma linguagem atentem para as condições de produção discursiva que permitem (e determinam) seu uso:

Se a lingüística deixa de fora a exterioridade (que é o objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é o objeto da lingüística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico-empírica) (ORLANDI: 1996. 26).

O compromisso teórico-político citado anteriormente também tem sua edição na AD, principalmente no fato de possibilitar a emergência de novos sentidos nos enunciados. Quer dizer, só de o sentido ter sua univocidade questionada já abre espaço para novas significações, diferentes articulações, outros efeitos de sentido. E mesmo a preocupação de se voltar alvo sobre as formações discursivas, na tentativa de mapear os movimentos de funcionamento discursivo (e no pensar foucaultiano, desvendar os processos de assujeitamento e modos de subjetivação) também é uma amostra desse compromisso ético. SILVA (1997:747) enxerga “na detecção e na potencialização das resistências e dos desafios ao impulso totalizante do poder” o lugar e a razão de ser da AD. SOUZA (1997:12) aponta ainda a “estreita relação” que a AD mantém com FOUCAULT, o que me leva a pensar, por extensão, que ambas as dimensões teóricas compartilham pontos desse compromisso ético.

Se formos encarar a questão por este prisma, podemos tranquilamente considerar a AD como uma arqueologia de enfoque translingüístico. Não se quer dizer que a arqueologia iniciada por FOUCAULT não seja

¹⁸ “É isso que nos interessa: a esquizo revolucionária por oposição ao significante despótico”, respondem em uníssono em entrevista a *L'Arc*, em 1972 (DELEUZE, 1992:36).

“trans”, muito pelo contrário. Mas esta AD é constitutivamente transcendente do campo lingüístico, sem ao menos se eximir de tal tarefa. PÊCHEUX & FUCHS (1990:188) atentam para o fato de que apesar de o objeto de estudo da AD - o discurso - ser de natureza sócio-histórica, o lingüístico se apresenta como pressuposto, e por isso a prática de análise lingüística é imprescindível, embora de forma isolada se demonstre insuficiente. Na comparação entre as duas arqueologias, a superposição de suas definições não causaria maiores transtornos guardadas as devidas proporções de cada uma delas.¹⁹

Em outros termos: a AD, como a arqueologia foucaultiana, se debruça sobre os enunciados [que são multiplicidades, conforme DELEUZE (s/d:33)] na tentativa de aclarar os mecanismos de seus funcionamentos. Uma das diferenças mais notáveis que distingue a primeira da segunda é o fato de trabalhar também sobre o lingüístico, operando categorias sintáticas e outros elementos do núcleo rígido da língua. É claro que em operações como essa, a busca da subjetividade e dos modos de sua constituição são caminhos naturais e incontornáveis. Os pontos de dispersão de enunciados, as singularidades discursivas, os agenciamentos coletivos de enunciação, as transversalidades, enfim, os substantivos múltiplos são estratos de uma escavação ilimitada.

As três perspectivas teóricas aqui revisitadas têm outro ponto de articulação: o sujeito. Enquanto FOUCAULT busca ao longo de sua obra os processos de assujeitamento e subjetivação, responsáveis pela inserção de um sujeito em determinada situação (o preenchimento desta posição vazia, como está na *Arqueologia do Saber*), a Análise do Discurso também se preocupa com este traço de identidade. O conceitual teórico da AD, atendendo a uma orientação lacaniana, entende que o sujeito não é centrado e sequer é fonte dos sentidos que enuncia. No final das contas, pode-se considerar o sujeito no plural, como uma dessas multiplicidades a que DELEUZE apontava em seus escritos. O sujeito acaba se revelando mais uma encruzilhada dos platôs.

A esquina teórica entre as três perspectivas torna o resultado desta convergência não apenas a soma de três vertentes diferenciadas e muito complementares. A absorção pelos analistas do discurso da noção foucaultiana de formação discursiva – conceito que a AD não

¹⁹ A definição de PÊCHEUX (1990: 60) ajuda na comparação com a arqueologia foucaultiana: “A análise do discurso, tal como ela se desenvolve atualmente (...) se dá precisamente como objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados.”

pode mais prescindir-, e a utilização da Multiplicidade deleuzeana para a compreensão de tópicos como enunciado, discurso e mesmo formação discursiva dão sustentação conceitual às trilhas analíticas da AD. Isso porque a articulação entre FOUCAULT e DELEUZE traz à AD elementos não tão próprios aos estudos lingüísticos, devido as suas atuais orientações de foco. O entendimento formal do que vêm a ser os discursos (teias rizomáticas e, portanto, múltiplas), como se formam estes discursos (não por meros enunciados, mas por multiplicidades) e de que forma eles se relacionam (nas secantes dos rizomas), tudo isso pode se valer de heranças de fora da Lingüística, de uma outra ordem do pensamento. Eis pelo menos um motivo que justifica esta convergência teórica.

Para os que se localizam na AD, algumas das direções apontadas por DELEUZE e FOUCAULT servem de luz de farol para novas pesquisas no campo teórico, respostas que possivelmente ainda não foram suficientemente buscadas. FOUCAULT preocupou-se com os aspectos não-lingüísticos/extra-discursivos das práticas discursivas; DELEUZE centrava seu foco no jogo das diferenças, na oposição ao modelo arborescente chomskiano – hoje quase um paradigma totalitário e totalizante na Lingüística. A articulação deste olhar para fora (FOUCAULT) com este olhar para si e para os lados, perdendo de vista a extensão e os limites (DELEUZE), dão ao analista de discurso uma amplidão maior no trato de seu objeto, no encontro de suas questões.

No outro extremo, para os foucaultianos, tomar contato com a AD vai permitir uma retomada de uma trilha fechada e esquecida pelo próprio FOUCAULT em seus escritos: a materialidade lingüística, superfície da prática discursiva que ainda reserva muitos elementos preciosos para o trabalho arqueológico. Já para os deleuzeanos, a interface AD-FOUCAULT é positiva porque possibilita enxergar a interpretação de enunciados enquanto uma prática de leitura criativa de mundos, de realidades, de significados, como a prática-processo de criação de conceitos, devir do filósofo.

Se de fato a teoria não totaliza, mas se multiplica e multiplica, conforme pensa DELEUZE, “é preciso continuar as séries, atravessar os níveis, transpor os limiares” e “formar uma transversal, uma diagonal móvel onde deve mover-se o arquivista arqueólogo”.²⁰ Quem sabe assim, no cruzamento dos platôs, as multiplicidades nos pareçam tão mais estáveis e seguras quanto nos são perturbadoras.

²⁰ DELEUZE (s/d: 42).

Referências bibliográficas

- CARDOSO JÚNIOR, H. R. A origem do conceito de Multiplicidade segundo Gilles Deleuze. In: *Trans/Formação*. São Paulo, v.19, p.151-161. 1996.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Lisboa : Vega, s/d.
- _____. & GUATTARI, F. Mil Platôs. In: *Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 1. Rio de Janeiro : Editora 34, 1995.
- _____. *Conversações*. Rio de Janeiro : Editora 34, 1992.
- FANTINATI, C. E. *Sobre o discurso político*. São Paulo : Alfa, n. 34, p.1-10. 1990.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo : Educ, 1995.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro : Forense/Universitária, 1986.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. & DREYFUSS, H. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro : Forense/Universitária, 1995. p. 231-249.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro : PUC/Nau. 1996.
- _____. *Teatrum Philosophicum*. São Paulo : Princípio Editora. 1997.
- MACHADO, R. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro : Graal. 1990.
- MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de Leitura*. Campinas : Editora da UNICAMP. 1994, p. 15-28
- ORLANDI, E. P. A Análise do Discurso: Algumas Observações. In: *D. E. L. T. A.*, v.2, n.1, 105-126. 1986.
- _____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes. 1996
- ORLANDI, L. B. L. Do enunciado em Foucault à Teoria da Multiplicidade de Deleuze. In: *TRONCA, I. Foucault Vivo*. Campinas : Pontes, 1987, p. 11-42.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas : Pontes. 1990.
- SILVA, F. L. L. Foucault e a Análise do Discurso Francesa. In: *Anais do I Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (Celsul)*. Florianópolis. 1997, p. 741-747.
- SOUZA, P. *Confidências da Carne*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- TRONCA, I. (org.). *Foucault Vivo*. Campinas : Pontes. 1987.